

FOME E QUESTÃO AGRÁRIA: um debate a partir da realidade brasileira

HAMBRE Y CUESTIÓN AGRARIA: un debate desde la realidad brasileña

Raquel Santos Sant'Ana

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca, SP, Brasil
raquel.santana@unesp.br

Nathália Lopes Caldeira Brant

IFSULDEMINAS Campus Machado, Machado, MG, Brasil
nathalia.brant@ifuldeminas.edu.br

Resumo

O artigo traz o debate entre fome e questão agrária procurando evidenciar a relação direta entre ambas as temáticas e o modelo de desenvolvimento hegemônico no espaço rural existente no Brasil, em que a lógica do capital define a produção, a distribuição e as culturas a serem incentivadas por parte do Estado brasileiro. Daí o fato da agricultura financiada pelo Estado estar voltada para o uso intensivo de agrotóxico e maquinário pesado, de manter a histórica concentração fundiária e priorizar a produção de *commodities*. O agravamento da situação de fome no mundo e no país evidencia a urgência do debate e a necessidade de aprofundar seus determinantes de maneira a promover ações não apenas emergenciais, mas estruturais. Discute-se ainda que em contraposição a esse modelo, diversos sujeitos coletivos, em especial os movimentos sociais rurais, constroem alternativas sustentáveis de relação com a terra, com o ambiente e com as comunidades rurais e, tem na agroecologia uma bandeira de luta. O artigo traz ainda as ações desenvolvidas em tempos de pandemia da COVID 19, pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em consonância com a solidariedade de classe defendida, efetivou a distribuição de alimentos saudáveis para as periferias urbanas e mostrando a importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos e combate à fome.

Palavras-chave: Questão agrária. Fome. Capitalismo. Movimentos sociais rurais. Ações solidárias de classe.

Resumen

El contenido del presente artículo, se concentra en el debate sobre el tema del hambre y la cuestión agraria, procurando evidenciar, la relación directa entre ambas agendas, y el modelo de desenvolvimiento rural hegemónico existente en Brasil, donde la lógica del capital, ha definido la producción y la distribución agrícola, condicionándolas culturalmente a los parámetros dictados por el Estado brasileño. A partir de lo anterior, es posible evidenciar que la agricultura financiada estatalmente, privilegia el uso intensivo de agrotóxicos y maquinaria pesada, así también, reproduce la tendencia que

ha defendido la histórica concentración de la tierra y la priorización en la producción de materias primas (commodities). La situación crítica del hambre en el mundo, y con especial relevancia en Brasil, plantea tanto la necesidad de su debate, como el imperativo de profundizar en sus determinantes estructurales, de manera que se puedan superar las acciones inmediatas y superficiales. Por tanto, desde los movimientos sociales, es fundamental discutir el modelo hegemónico estatal y de mercado, que, en contraposición, han planteado la construcción de alternativas sustentables de relación con la tierra, con el ambiente y con las comunidades rurales, y que tienen en la agroecología una bandera de lucha. El artículo que aquí se sustenta, recupera las acciones desarrolladas en tiempos de pandemia COVID 19, por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) que, en consonancia con la solidaridad de clase que defienden, efectivizó la distribución de alimentos saludables para las periferias urbanas, demostrando la importancia de la agricultura campesina, para la producción de alimentos y combate al hambre.

Palabras claves: Cuestión Agraria. Hambre. Capitalismo. Movimientos rurales agrarios. Acciones solidarias de clase.

Introdução

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”.

Carolina Maria de Jesus

Este artigo traz o debate sobre a fome e sua profunda conexão com a questão agrária; trata-se de evidenciar que ambas decorrem de elementos intrínsecos à sociabilidade do capital e que, nos países com inserção subalterna na economia globalizada, algumas particularidades que conectam os dois temas precisam ser evidenciadas para que a busca de alternativas para a fome possa e deva incluir ações imediatas conectadas ao debate da soberania alimentar, mas sem perder de vista que sua superação implica numa transformação radical da sociedade do capital.

O Brasil manteve extremamente concentrada a sua estrutura fundiária ao longo de toda sua história e isto traz rebatimentos perversos sobre a sociabilidade e sobre a forma como a sociedade e as classes sociais se organizam.

O conjunto de determinantes que pode fazer compreender este quadro se relaciona com a questão agrária que permanece irresoluta e, portanto, gera conflitos permanentes na disputa, posse e uso da terra e, por conseguinte, dos alimentos e recursos naturais. De um lado, conforme Delgado (2017), o modelo de desenvolvimento rural do agronegócio onde a mercadorização se coloca como estratégia para a captura da

renda da terra e, de outro, o modelo de desenvolvimento voltado para o cumprimento da função social da terra, como previsto na Constituição Brasileira de 1988, que inclui uma ampla reforma agrária. Segundo o autor, a derrota desta última se faz apesar das previsões legais e provocam um “[...] forte retrocesso na política fundiária do Estado, tornada caudatária da propriedade capitalista, isenta da função social e ambiental”. (DELGADO, 2017, p. 13).

A opção deste texto, portanto, é trazer o debate sobre a fome a partir da realidade agrária e ambiental e, ainda que reconheça seus determinantes estruturais como decorrentes da ordem sócio metabólica do capital, irá em especial trazer as particularidades da realidade brasileira.

Nas sociedades antes do capitalismo, a fome tinha como principais determinantes a escassez, as guerras e catástrofes ambientais, ainda que o pertencimento de classe também definisse diferentes acessos ao alimento. Nas sociedades capitalistas, o avanço tecnológico criou condições viáveis uma produção em larga escala com excedente para alimentar a todos do planeta. No entanto, “[...] mais de 821 milhões de pessoas no mundo, ou seja, 1 em cada 9 pessoas, ainda passavam fome em 2018”. (SILVA et al, 2020, online). Já em 2020, segundo a FAO, 118 milhões de pessoas começaram a passar fome.

McMichael (2016) contribui para o entendimento da manutenção da fome a partir da análise sobre o que denomina de regimes alimentares. Em sua análise classifica três regimes alimentares¹, os quais em cada período histórico marcam um tipo de relação da sociedade na busca de satisfação da necessidade mais básica dos seres humanos que é o acesso ao alimento; nestes diferentes regimes alimentares, as relações estabelecidas para definir quais alimentos produzir, como distribuir e consumir correspondem a um determinado estágio do capitalismo e das relações de poder dentro do sistema mundo.

Aplacar a fome e garantir acesso ao alimento pode manter ou revolucionar um sistema de poder. Esta imbricada relação entre questão agrária e o acesso ao alimento,

¹ Segundo o autor o primeiro regime alimentar (1870 a 1930) foi liderado pela Inglaterra e possibilitou que recém surgido capitalismo industrial pudesse baratear o preço da força de trabalho por meio do acesso a alimentos baratos vindos de diversos lugares do mundo; o segundo regime (1950-70) foi liderado pelos EUA promoveu o mercado agroindustrial intensivo; e o terceiro, vigendo em época neoliberal (1980 a 2000) trouxe a hegemonia de mercado na definição do sistema alimentar com rotas transnacionais de capital e *commodities*, com rebatimentos sobre os agricultores e a força de trabalho global. (MCMICHAEL, 2016).

segundo o autor, hoje teria um componente político de conflitividade que ultrapassa a posse dos territórios, mesmo porque o preço dos alimentos no atual regime alimentar denominado de corporativo é feito a partir de mecanismo externos à produção e que são definidos a partir do mercado de *commodities*.

A sociabilidade do capital gera a fome em meio à abundância e constrói um complexo de relações orquestradas por grandes conglomerados internacionais que ditam as regras, inclusive de acesso ao alimento. Como entender as particularidades da realidade brasileira e a fome num país tão rico e diverso do ponto de vista de seus recursos naturais?

Neste artigo, elencaremos apenas algumas particularidades que compõem a fome e a questão agrária no Brasil e que dão a elas uma configuração singular, ainda que em grande medida muito próxima dos países latino americanos.

Na perspectiva de evidenciar a realidade, mas também trazer à luz experiências de combate à fome, nos parece essencial, para afirmar a possibilidade de superar o quadro de fome que marca a realidade brasileira atual, apresentar as experiências desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na sua organização e bandeiras de lutas, e, sobretudo, no período da pandemia. do SAR Cov2.

A resistência e o combate à lógica do capital que o MST faz estão expressos no seu Programa de Reforma Agrária Popular, onde a ênfase é para a produção de alimentos a partir da matriz agroecológica e, o combate à fome perpassam a solidariedade de classe e o desenvolvimento rural sustentável; ou seja, as suas bandeiras se alinham à perspectiva da soberania alimentar. Nesse sentido, mencionar as experiências construídas recentemente pelo Movimento em tempos de acirramento das desigualdades e de aumento da fome é fundamental para apontar possibilidades coletivas de superação da fome.

A insustentabilidade do capital

A crise que assola a sociedade atual tem como uma das suas expressões mais concretas a possibilidade de destruição da vida humana sobre o planeta. Uma realidade que não é fruto do acaso, nem mero acidente, mas sim resultado de um tipo de sociabilidade que tem no lucro a sua referência máxima no âmbito da produção e das relações humanas. A lógica que orienta os elementos estruturantes dessa forma de vida,

não permite sua reversão ou controle. Não é possível humanizar o capitalismo ou torná-lo sustentável e, isto decorre da sua própria forma de ser enquanto sistema sociometabólico (MÉSZAROS, 2006).

No século XXI, novos elementos se combinam para que a pressão sobre a natureza e a sociabilidade siga avançando e, com isto, vai ficando mais evidente o que chamamos aqui de insustentabilidade do capital.

Com relação a sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente - seja na forma econômica direta, seja forma basicamente política- no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 100, grifo do autor).

Em seus diferentes estágios, o capitalismo mantém seu funcionamento estruturalmente marcado pela expansão contínua da produção tendo em vista que o motor que movimenta este processo é a busca incessante pelo lucro. Na era monopólica novos elementos vão se reorganizando e definindo características específicas para o funcionamento do capital e, quando se trata da apropriação dos bens naturais, vai ficando mais evidente a sua insustentabilidade.

A lógica expansionista do capital na era monopólica, e em especial no século XXI com a quarta revolução industrial², promove no âmbito da produção a descartabilidade (obsolescência programada), a intensa utilização dos recursos naturais e em especial dos minérios e combustíveis fósseis, a agudização das desigualdades entre povos e nações e nestas constrói fossos sociais extremos entre as classes sociais; o capital especulativo hipertrofiado e os grandes conglomerados de um capital sem pátria geram fortes impactos sobre os sistema produtivo de modo geral. Como afirma Netto “[...] a sociedade dos monopólios recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”. (NETTO, 1996, p. 15)

A questão agrária no Brasil historicamente foi marcada pela conflitualidade à medida que sistematicamente impediu o acesso à terra para quem nela trabalha. A opção

² A quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, se caracteriza pelo intenso processo de digitalização das atividades produtivas, ou como afirma Antunes: “[...] É digitalizar o espaço fabril, no sentido amplo” (GPMT, 2018, online), com rebatimentos intensos sobre o mundo do trabalho envolvendo não só o descarte de um grande contingente de trabalhadores, mas a intensificação e precarização do trabalho de modo geral.

brasileira de manutenção de uma estrutura agrária concentrada, com vastos latifúndios improdutivos está no germe do racismo estrutural, afinal, na formação do Estado Brasileiro, a abolição da escravatura vai ser antecedida do cativo da terra. Aliás,³ um país que sem nenhuma política reparativa, promoveu a sistemática exclusão do povo negro do trabalho, da terra e da moradia.

Quando nas décadas de 50/60 do século XX, em meio às novas demandas do processo de industrialização, a questão agrária é posta em debate, o direcionamento vitorioso foi exatamente aquele que conduziu à modernização da agricultura a partir do que ficou conhecido como Revolução Verde. A função da agricultura neste processo de modernização era garantir o abastecimento de matérias primas e de comida, bem como liberar força de trabalho para a indústria, e isto realmente se efetivou, já num acorde ritmado com a política internacional daquilo que se estabelecia a partir do McMichael (2016) classifica como políticas do segundo regime alimentar, liderado pelos Estados Unidos e que incentivou a especialização agrícola de *commodities*.

Segundo McMichael (2016) o entendimento da questão agrária perpassa a compreensão dos regimes alimentares que sustentam um complexo de determinações muito mais ampliado do que simples reprodução da acumulação pelo capital:

Entre os três regimes⁴, o denominador comum tem sido alimentos de baixo custo, com um preço mundial estimulando formas de acumulação por todo o sistema estatal. No entanto, alimentos de baixo custo possuem funções variadas: incluindo a redução de encargos salariais, melhoria dos salários reais, pacificação da mão de obra, apropriação dos recursos alimentares, geração de dependência, custeio de dívida, subcotação de produtores, e assim por diante. Comum a todas essas funções é o exercício de poder; portanto, o que decorre é um esboço do papel do alimento como forma de domínio em cada regime. (p. 53-54).

Nos países latinos americanos a condição de dependência dos centros capitalistas e a configuração histórica da formação das sociedades latino americanas promoveu o que Marini (TRASPADINI; STÉDILE, 2011) aponta como condição para o desenvolvimento capitalista no Brasil: a superexploração do trabalho. Segundo o autor, a burguesia brasileira, devido a sua inserção subalterna no mercado capitalista internacional, precisou promover mecanismos de superexploração da força de trabalho para compensar as perdas decorrentes dessa relação desigual. Transpadini e Stédile

³ Não é mera coincidência que a Lei de Terra tenha sido editada em 1850, quando o regime escravocrata já estava em meio a tensões e lutas que desencadeariam em 1888, o fim do regime.

⁴ Conferir nota de rodapé n. 1.

(2011) sintetizam a proposição de Marini sobre a condição de dependência nos seguintes termos:

A dependência, no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. a dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. (TRANSPADINI; STÉDILE, 2011, p. 32).

A fome a questão agrária no Brasil

Ainda que a relação dos países capitalistas/imperialistas tenha sofrido alterações com o avanço da era monopólica e, em especial após a quarta revolução industrial, a superexploração e sua capacidade predatória permanecem como um componente quase que intrínseco ao capitalismo no continente latino americano.

O saque sobre os territórios e a disputa pelos bens da natureza, que sempre foram objeto de cobiça dos países imperialistas, vão ganhar novos contornos no século XXI onde a posse de recursos naturais existentes passa a ser uma “moeda do futuro”; o avanço do capital em todo o continente latino-americano e, em especial no Brasil, cercando nascentes, comprando terras e atraindo diretamente a produção de *commodities* agrícolas ou de extração de minérios é a face mais evidente deste processo em curso. O movimento em busca de recursos naturais se expressa na disputa pelo poder de controle sobre esta mercadoria essencial que é o alimento: o Sistema Alimentar Corporativo controla as cadeias agroalimentares definindo o acesso e também o tipo de alimento a ser consumido.

No Brasil, de maneira orquestrada, as classes dominantes (incluindo segmentos da burguesia nacional e internacional) se apossam do Estado como comitê executivo para conter as pressões sociais desse modelo produtivo que gera desigualdades extremas.

No governo de Jair Bolsonaro a política econômica vai acentuar estas características onde o Estado comanda o processo de implementação ultraneoliberal das políticas públicas, que sofrem uma devassa de maneira geral, mas, em especial as políticas sociais e aquelas voltadas para os direitos do trabalhador. Um amplo quadro de retrocessos, mas destaca-se apenas alguns que irão acentuar a gravidade da questão agrária com rebatimento direto na fome ou no adoecimento devido à alimentação.

As flexibilizações nas legislações, o desmonte do sistema de vigilância e fiscalização e o incentivo às atividades predatórias em todos os biomas levaram aos desmatamentos recordes na Amazônia legal, à intensificação de atividades mineradoras criminosas e de queimadas no cerrado, à invasão de terras indígenas, quilombolas e aos cercos aos povos tradicionais de uma maneira geral. Este processo tem envolvido muita resistência e luta das populações atingidas, mas que contabiliza centenas de mortos, devastação ambiental recorde, crise hídrica e chuvas torrenciais; as consequências das devastações provocadas ficam nas contas dos trabalhadores, especialmente os mais empobrecidos que, muitas vezes, pagam com a vida o preço deste descontrole.

O modelo produtivo do agronegócio devasta de forma tão ampla e acelerada que ameaça a própria vida sobre o planeta. À medida que tudo se torna mercadoria, os únicos elementos a serem considerados são aqueles voltados para a acumulação de capital e controle sobre os sistemas de poder. Na agricultura, a produção em larga escala de um único produto, com uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e trabalho precário provocam destruição ambiental, pois este modelo contraria as regras básicas da natureza da biodiversidade; associado a este modelo produtivo temos a expulsão dos homens e mulheres do campo, o adoecimento, o aprofundamento do grave quadro social e as diversas situações de fome endêmicas ou epidêmicas⁵.

Destacamos aqui que uma das refrações mais cruéis da questão agrária submetida aos ditames do regime alimentar corporativo é a fome. No Brasil, desde 2016, esta tem se agravado devido ao desmonte de programas sociais que, frente à ausência de resolução efetiva da questão agrária, serviram nos governos do partido dos trabalhadores (2003 a 2016), para amenizar este grave quadro social, como foi o caso do Programa Bolsa Família. A pandemia do Sars-CoV-2 agravou ainda mais a situação que já vinha se acentuando, com aumento do quadro da insegurança alimentar e seu rebatimento direto sobre o sistema imunológico da população que está nesta condição. Nesse cenário, além do sofrimento da fome que assola e mata parte da população, vê-se ainda uma suscetibilidade diante da pandemia do novo coronavírus.

⁵Segundo Josué de Castro a fome pode ser endêmica ou epidêmica. Segundo Sant'Ana, Palma e Gusmini (2021), “[...] entende a fome epidêmica como aquela que é global, ou seja, a que leva o indivíduo à inanição absoluta, que pode ser facilmente observada em contexto de crise duradoura em países com instituições e sistemas de produção instáveis devido às catástrofes naturais, guerras ou extrema pobreza; e coloca a fome endêmica como aquela que é oculta e estrutural, baseada na falta de nutrientes dos regimes alimentares. Esta é menos “visível”, contudo, muito real e concreta”. (p.187).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PESSAN) durante os anos de 2020 e 2022 realizou duas pesquisas denominadas de “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” a fim de observar os níveis segurança ou insegurança alimentar dos domicílios brasileiros sobre a situação da fome durante este período de pandemia do Sars Cov 2.

O primeiro inquérito realizado no mês de dezembro de 2020, envolvendo uma amostra de 2.180 domicílios das cinco regiões do Brasil (entre rurais e urbanos), evidenciou que no segundo semestre de 2020, 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e 9% em situação de fome. **“Do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome (REDE PESSAN, 2021, p. 10, grifo do autor).**

A segunda pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2021 e abril de 2022, a partir de uma amostra de 12.745 domicílios das cinco regiões do Brasil (entre rurais e urbanos). A constatação foi o agravamento da situação de insegurança alimentar e em especial da fome. Em 2022, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios em situação de insegurança alimentar e 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras passando fome, ou seja, 15,5% da população (em 2020 eram 19 milhões de pessoas). (REDE PESSAN, 2022, p. 73). Destaca-se ainda que o aumento da insegurança alimentar grave nos grupos familiares com mulheres como responsáveis, com até meio salário mínimo per capita, saltou de 18,8% na primeira pesquisa para 34,2%. (p. 76).

É preciso mencionar que o momento em que o país estava no começo da pandemia já indicava um retrocesso frente ao que foi construído, sobretudo, de 2003 a 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, devido tanto ao incentivo às políticas públicas de ampliação de acesso ao direito à alimentação, como também devido às melhores condições que a classe trabalhadora teve para acesso a uma alimentação adequada.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), desenvolvida pelo IBGE, confirma o declínio que o país vivenciou no quesito segurança alimentar e fome no país.

Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil Segurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica

ocorrência de fome. Vale dizer, a última pesquisa nacional já indicou o agravamento da situação de IA no Brasil, anterior ao período pandêmico da Covid-19 (REDE PESSAN, 2021, p. 14-15, grifo do autor).

Normalmente se discute o fenômeno da fome relacionado com a ausência de trabalho ou aos cortes nas políticas sociais, mas não é abordada a relação com a questão agrária. Isto é algo pouco debatido mesmo dentre aqueles que reconhecem que a questão agrária não foi resolvida com o aumento da produtividade agrícola decorrente da trágica modernização da agricultura realizada pela “Revolução Verde” e, os posteriores incrementos de produtividade advindos do avanço tecnológico.

A estrutura fundiária brasileira sempre foi e permanece extremamente concentrada com índices que variam em percentuais mínimos, mas nunca foram menores que 0,8, ou seja, quase concentração absoluta. O índice de Gini com relação à estrutura agrária passou de 0.854 em 2006 para 0.867 em 2017. (IBGE, 2019).

Segundo a pesquisa do IBGE, os imóveis com mais 1000 hectares aumentaram sua área em 17,08 milhões de hectares em relação ao Censo Agropecuário 2006 e ocupam 47,6 % de toda a área agricultável do país (IBGE, 2017). Enquanto os menores, que têm até dez hectares, representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área (PINA, 2018, online).

O Censo Agropecuário revela ainda o aumento da produtividade da agricultura brasileira. Além disso, ocorreu expansão das áreas cultivadas exatamente pelos produtos ligados à cadeia do agronegócio e vinculados ao mercado de *commodities*, como é o caso da soja, que teve um aumento de 72% da área de colheita desde 2006 até 2017. Cerca de 96% desta soja é transgênica. (THUSWOHI, 2020, apud MELGAREJO, 2021, p.163).

Um dos marketings do agronegócio é exatamente o aumento da produtividade advindo do investimento tecnológico dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Segundo Melgarejo (2021) esta afirmação não se sustenta pois, o que explica o aumento da produtividade é a forma como são socializados os avanços tecnológicos de melhoria varietal das sementes mais produtivas. Na realidade, essas sementes mais produtivas são ocultadas dos produtores até se tornarem OGM pelas grandes empresas responsáveis pela comercialização das sementes. (MELGAREJO, 2021, p.168).

Além de não serem mais produtivas, as sementes transgênicas têm impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana⁶, mas a legislação de controle tem se tornado cada vez mais flexível e a avaliação dos riscos feita pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que se utiliza de dados das próprias empresas privadas para a avaliação dos impactos, desconsiderando as minorias que problematizam com outras fontes⁷.

Na realidade, a utilização das sementes transgênicas faz parte do pacote tecnológico que compõe o McMichael (2016) chama de Regime Alimentar Corporativo onde os interesses dos grandes conglomerados internacionais definem os mercados de *commodities*, geram a dependência entre as nações e estabelecem como regra o comércio injusto, ainda que ideologicamente isto seja trabalhado como garantia de “segurança alimentar para todos”.

A configuração da questão agrária atual e o regime corporativo de alimentos como um todo é uma ameaça à soberania alimentar⁸ das nações representada pela dependência da compra sistemática de sementes e pelo controle de grandes conglomerados capitalistas de todo o mercado alimentício, desde sua produção, comercialização e distribuição.

Com relação à soberania alimentar é importante mencionar o posicionamento da Via Campesina e suas reivindicações no que diz respeito à fome:

Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importações agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura, assim colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental de nosso planeta, bem como nossa saúde. Forçaram centenas de milhões de agricultores ao abandono de suas práticas agrícolas tradicionais, ao êxodo rural ou à emigração. Instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC implementaram essas políticas ditadas pelos interesses de grandes empresas e superpoderes transnacionais [...] A OMC é uma instituição completamente inadequada para lidar com questões relacionadas a alimentos e agricultura. Por isso, a Via Campesina quer a OMC fora da agricultura. (VIA CAMPESINA, 2003 apud MCMICHAEL, 2016, p. 86).

⁶ Foladori (2012) trata dos riscos das nanotecnologias como um todo, conferir *Temporalis*, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

⁷ A este respeito conferir a íntegra do artigo de Melgarejo (2021) que mostra os (des)caminhos da aprovação das OGMs no CTNBio.

⁸ Soberania alimentar, conforme defende a Via Campesina, “[...] é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.” (MPA, online).

A importância da agricultura familiar e da base camponesa ultrapassa a questão do acesso à terra pois, envolve a soberania alimentar dos povos.

No Brasil, os dados do último Censo evidenciam o aumento da concentração fundiária e a diminuição do pessoal ocupado na agricultura exatamente devido a retração da agricultura familiar; ainda assim é ela que mais emprega no campo e é responsável pelo cultivo de produtos importantes da dieta alimentar do brasileiro.

[...] 81% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm até 50 hectares e ocupam 12,8% do território; por outro lado abrigam 80% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. No outro extremo as propriedades com mais 2.500 ha representam 3% e ocupam uma área de 32,8% da área territorial e empregam menos de 5% da força de trabalho dessa área. (GUIMARÃES, 2020, online)

A agricultura familiar é responsável por 69% da mandioca consumida no país e por 41% do feijão preto, alimentos da dieta alimentar dos brasileiros (sem considerar leguminosas e hortaliças que se concentram, via de regra, em unidades familiares).

Fernandes (2013) destaca um dado importante do Censo anterior, mas que é ilustrativo da situação brasileira. Desde então, a situação só piorou com a redução de 10% da produção e dos financiamentos voltados para o setor.

Relacionando a participação percentual das áreas das unidades territoriais da agricultura camponesa e com a participação percentual no valor da produção, observa-se que a agricultura de base familiar no Brasil, embora controle somente 24.3% das propriedades agrícolas produz 38% do valor da produção. [...] o agronegócio ou agricultura capitalista controla 75.7% das terras e produz apenas 62% do valor da produção. Ainda é preciso dizer que a agricultura capitalista fica com 90% do crédito agrícola. (FERNANDES, 2013, p.04)

O enfrentamento à questão da fome no Brasil passa pelo enfrentamento da questão agrária e por uma ampla e massiva política de reforma agrária. Esta é uma política pública que pode dar acesso à terra, trabalho e crédito para as famílias de trabalhadores que querem cultivar a terra; ao mesmo tempo é uma alternativa não só para o incentivo a um outro modelo de desenvolvimento rural, mas também de construção de alternativas para o combate à fome.

A erradicação da fome, porém, só será possível com a superação da realidade do capital. Como afirma Teixeira (2015) “A fome é funcional ao sistema capitalista como arma de dominação por um lado e, por outro, é uma consequência do padrão de desenvolvimento fundado no sistema agroindustrial”. (p. 236).

No próximo item traremos o debate da proposta construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um caminho para a organização política de longo prazo, mas que também, se compromete com ações urgentes a serem efetivadas no contexto atual, pois como dizia Frei Betto (2020, online): “[...] a fome, tem pressa”.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): a luta por um outro modelo de produção em meio rural

A questão agrária, aqui tratada como decorrente dos embates que a sociedade capitalista provoca na apropriação e uso da terra em área rural, se expressa de forma emblemática na concentração fundiária e no seu reverso: a luta pela terra. No Brasil este embate ocorre desde a formação da sociedade brasileira, aliás a luta contra a escravidão desencadeada pelo povo negro foi também uma luta pela apropriação do território e os quilombos são a expressão concreta deste fato.

Nespoli (2013), a partir da discussão feita por Clovis Moura sobre o significado dos quilombos, evidencia a relação intrínseca entre a luta do povo negro e a luta pela terra e, mostra que a quilombagem foi e ainda é uma forma de construção de resistências e identidades coletivas:

A relação de subsistência que esses grupos estabelecem com a terra, é fundamental não só para a emancipação do indivíduo em si, mas também na sua identificação e articulação com o outro e com a natureza. Sendo assim, a luta pela terra quilombola não é apenas o confronto entre propriedade jurídica da terra e formas não típicas de propriedade, mas também o momento de definição individual e grupal enquanto sujeitos, enquanto negros quilombolas deste ou daquele lugar. (NESPOLI, 2013, p 55).

A permanência ao longo da história de uma estrutura agrária extremamente concentrada e a lógica expansionista do capital - que se fortalece no campo após a revolução verde - vão acirrar os embates e resistências de diversos sujeitos coletivos que lutam em meio rural para preservar seus territórios, para fazer uso da terra, ou para seguir se reproduzindo em área rural, mesmo que na condição de assalariados. Um espectro de sujeitos que envolve os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, a organização de trabalhadores rurais e camponeses em ligas e sindicatos rurais e, um grande número de movimentos sociais que há muito tempo têm na luta pela reforma agrária uma bandeira central.

No Brasil, a organização dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra é histórica e presente nos embates que se contrapõem à lógica monocultora e à ofensiva do agronegócio com seu pacote de agrotóxicos.

A modernização da agricultura realizada durante a ditadura civil-militar (1964 a 1984) e que ficou conhecida como Revolução Verde, na realidade, foi responsável pela entrada mais incisiva do capital no campo; com isto promoveu uma maior concentração das terras agricultáveis por grandes proprietários, aumento da mecanização no campo e a produção em larga escala de *commodities*. É nesse contexto histórico que se intensifica a luta pela terra e ganha destaque nos segmentos que se contrapõem a este modelo hegemônico, a proposta de uma radical transformação da lógica de produção de alimentos numa perspectiva agroecológica e voltada para a soberania alimentar.

Segundo o DATALUTA, existem no Brasil mais de 100 movimentos socioterritoriais⁹, uma diversidade que evidencia o nível de conflitualidade decorrente da luta pela terra.

Os movimentos sociais que se vinculam à Via Campesina, do Brasil, possuem uma perspectiva classista e propõem um outro modelo de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais.

No debate sobre a fome, destacamos três referências importantes: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST e o Movimento Nacional de Mulheres Camponesas (MMC). Estes movimentos possuem na agroecologia um princípio e desenvolveram diversas ações de combate à fome durante a pandemia.

A agroecologia como princípio e prática dos movimentos que compõem a Via Campesina traz uma outra concepção da relação homem/ natureza baseada em princípios de sustentabilidade social e ecológica.

A agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão, nem de exploração, cujo fim não seja a acumulação. Acreditamos na agroecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida. É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade (VIA CAMPESINA, 2013, 46-47, apud GUHUR, 2015, p 296-297)

⁹Entre 2000 e 2016, segundo o relatório do DATALUTA (2016), 137 movimentos sócio territoriais realizaram ocupações de terras.

Nos limites desse artigo, vamos nos ater à discussão do MST pela sua abrangência e representatividade em todo o território nacional, mas também pela proximidade das autoras com as ações deste Movimento. Destacamos ainda que o foco de resistência na reforma agrária que denominam de popular, permite uma interlocução direta com o debate sobre a reforma agrária como uma das bandeiras de enfrentamento à fome no Brasil e, ao mesmo tempo aponta para a construção de um outro modelo de sociedade para além do capital.

O surgimento do MST se deu na década de 1980 e rapidamente ele se colocou como um importante protagonista de resistência e luta pela terra utilizando-se de ocupações de latifúndios, promovendo trabalho de base, místicas; com isto, passa a organizar um grande segmento de trabalhadores do campo e da cidade tendo como bandeira a reforma agrária. Num breve período de tempo, MST passa a ter incidência nacional e unidade em suas bandeiras de luta que são definidas a partir de uma complexa organização que se origina nos núcleos de base e segue até as instâncias máximas que são os congressos nacionais.

O MST vem construindo um legado de luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra e a condições de (re)produção da vida digna. O tamanho do desafio não apenas perpassa pela dimensão continental do país, mas também pela íntima relação do desenvolvimento rural vinculado à perspectiva de produção de *commodities* e centralização da posse da terra na mão de latifundiários e capitalistas nacionais e internacionais.

Sader (2014, online) considera que o MST ao apreender as novas determinações que delimitam o modo de produção capitalista brasileiro e a constante necessidade de reforma agrária, consegue reafirmar o protagonismo do necessário processo de transformação que o Brasil necessita.

Dois marcos importantes que são definidos nos congressos do MST que dialogam com o tema da soberania e segurança alimentar e se colocam na contraposição direta ao modelo hegemônico de produção: o IV e o VI Congresso, ocorridos respectivamente em 2000 e 2014. No primeiro a agroecologia passa a ser definida como bandeira de luta e no VI são reafirmados sua perspectiva e direcionamento, através do Programa Agrário do MST, com a proposta do programa Reforma Agrária Popular na defesa de um outro modelo de agricultura, opondo-se ao modelo convencional e devastador assumido, em sua maioria, na agricultura brasileira. (MST, 2014).

O MST ao definir estas bandeiras como propostas concretas de ação para sua base, forceja os limites, tensiona o instituído e inicia um movimento no sentido de construir uma outra lógica de produção nos assentamentos rurais; com isto traz a proposta de uma relação saudável com a natureza e passa a dialogar sobre isto com a sociedade brasileira.

Aqui há de se enfatizar que há uma recolocação da categoria reforma agrária ao passo que assume a dimensão popular, evidenciando “[...] não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população [...]” (MST, 2021, online).

O compromisso do MST se pauta no fortalecimento do programa a partir de sua base e de sua militância e, sobretudo, se vincula e se identifica com a classe trabalhadora e com a sociedade em geral, reafirmando a defesa da função social da terra. (MST, 2014).

Assim, a agenda de luta do Movimento foi reafirmada em uma perspectiva de indicar qual agricultura é defendida, quais os caminhos para ampliar as condições de se alcançar essa agricultura, qual a pauta política e ideológica que vão balizar as condições de defesa e fundamentação dessa outra lógica de produção de alimentos e cultivo da vida.

Em termos gerais, o Programa apresenta sete eixos que dão o direcionamento da sua operacionalização (MST, 2014, p. 40-48) que exemplifica a defesa e luta por um nova organização societária, uma nova lógica de produção de alimentos e (re)produção da vida encontram no MST condições reais a partir da realidade concreta e podem tensionar numa ampliação de uma nova perspectiva da organização da vida na sociedade. Quanto ao Programa destacamos o terceiro eixo “A organização da produção agrícola”, que se soma ao quarto eixo “uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura, que pautam-se pela soberania alimentar em uma perspectiva agroecológica em que há a defesa de políticas públicas que subsidiem e financiem o processo de transição das áreas e sua ampliação produtiva agroecológica livre de transgênicos e agrotóxicos.

Vale indicar que o salto que o Movimento realiza ao propor uma reforma agrária popular, faz com que o caráter universal do processo seja mais evidenciado, para além dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem no/do campo, e reforça que o processo de luta pela terra perpassa pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. (MST, 2021, online). Nessa mesma perspectiva a Via Campesina é importante

referência de articulação e organização dos movimentos sociais que lutam pela terra, e é entre eles com grande destaque que está o MST. Para Oliveira et. al (2021, p. 262), o MST “[...] se coloca na dinâmica concreta da luta por reforma agrária a consolidar estratégias de fortalecimento da agroecologia como um projeto sólido de desenvolvimento para o conjunto da sociedade.”

A luta pela segurança alimentar só tem força se fundamentada em uma lógica da produção de alimentos de forma a sustentar a soberania alimentar. O MST tem acúmulo no sentido de fortalecer essa perspectiva e o Programa apresentado acima evidencia isso. A centralidade da luta pela terra, então, passa pela necessária disputa por um outro modelo de produção agrícola.

Nesse sentido, percebe-se uma ampliação na apropriação da perspectiva agroecológica, com uma maior presença de áreas de transição, o que coloca a defesa da segurança alimentar e autonomia brasileira nos processos produtivos e de consumo dos alimentos.

Neste sentido, ao construir a luta por reforma agrária popular, o Movimento Sem Terra concebe a agroecologia como sua matriz tecnológica, através das sementes crioulas, a cooperação agrícola, mutirões, formas tradicionais de organização da produção, comercialização de alimentos livres de agrotóxico e transgênico, implantação de associações, cooperativas e agroflorestas que possam garantir a diversidade, a preservação do meio ambiente, da cultura e das relações sociais, pois visa, sobretudo, o desenvolvimento, segurança, autonomia e soberania do território. (OLIVEIRA et. al, 2021, p. 262, grifo nosso).

O processo de produção de alimentos, com base na matriz agroecológica, além de estarem livres de veneno, pauta-se na produção saudável e no atendimento da satisfação das necessidades nutricionais de cada sujeito social. A presença do alimento saudável na mesa dos trabalhadores, acompanhado do debate político a respeito, pode permitir a ressignificação da relação com a natureza e seus recursos e, com os sujeitos sociais que o produzem; uma discussão que poderá fortalecer mulheres, povos tradicionais e camponeses se feita na perspectiva de gênero e étnico-raciais; pode perpassar ainda por um resgate dos saberes populares, no resgate de sementes crioulas, pela ampliação e defesa da educação do campo, entre outros elementos. (OLIVEIRA et. al, 2021).

Assim, Oliveira (et. al, 2021) ainda complementa a viabilidade dessa perspectiva alinhada à organização política, econômica e social, aproximando campo e cidade para fortalecimento da luta.

É nesse contexto que o MST fortalece seu programa de Reforma Agrária Popular e aponta caminhos possíveis para a superação da insegurança alimentar agravada pela pandemia da Covid-19 que assola a humanidade desde o começo de 2020.

Nesse momento, o MST assume para si a tarefa, por meio de seu Programa de Reforma Agrária Popular, de contribuir para o enfrentamento dos impactos da pandemia para a população que vive na extrema pobreza, mais fragilizada, sem acesso a trabalho, renda, moradia, alimentação adequada e condições de saúde. É preciso indicar que aqui não busca-se uma leitura romantizada do Movimento ou indicar um papel messiânico no enfrentamento da luta pela reforma agrária e pela mudança no processo produtivo, afinal a realidade contraditória não isenta o Movimento de suas particularidades e contradições; mas de reconhecer que o Movimento pode cumprir um papel importante a ser empenhado e fortalecido no processo de transformação.

Diante do cenário que evidenciamos neste artigo, o Movimento apresenta em 2020 um plano com “Medidas Emergenciais para a construção da Reforma Agrária”. Para Kelli Mafort (STROPASOLAS, 2020, online), da direção nacional do Movimento, “[...] atacar os problemas da crise e os problemas da fome é fundamental, e na visão do MST, uma das formas da gente garantir com que as pessoas tenham acesso a trabalho, renda, moradia, e alimentação, é através da reforma agrária”.

Com o agravamento e aprofundamento da questão social, com os níveis alarmantes de insegurança alimentar e a fome assolando a população brasileira, muitas ações de solidariedade emergiram no conjunto dos movimentos sociais brasileiros. O MST assume uma importantíssima tarefa, em consonância com a defesa da reforma agrária popular, na distribuição de toneladas de alimentos saudáveis para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Ações políticas e que representam solidariedade de classe junto aos trabalhadores e trabalhadoras.

As ações solidárias dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra.

A profunda situação de fome e insegurança alimentar que assola o país, a desigualdade social que acomete parte significativa da população brasileira, conforme indicamos anteriormente, a ausência de ações efetivas por parte do Estado brasileiro, com corte no investimento público das políticas sociais, o aumento de desemprego,

entre outros elementos já elencados neste artigo, fez com que os movimentos sociais cumprissem um importante papel. Além da luta e reivindicação para que o Estado cumprisse seu papel, os movimentos sociais também desenvolveram ações de solidariedade (de classe) a fim de contribuir, entre outras questões, na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional da população.

Diante disso, observa-se a solidariedade de classe por parte dos movimentos sociais rurais, entre eles o MST. Essa solidariedade pode ser vista como “[...] um caminho para ações organizativas de diferentes sujeitos que enfrentam as faces da Questão Social, a fim de construir formas de enfrentar coletivamente as desigualdades nos diversos territórios.” (HACKBARDT et al, 2021, p. 205).

Para evidenciar essas ações, como mencionamos anteriormente, o MST apresentou o plano com Medidas Emergenciais para a construção da Reforma Agrária. Além disso, reforçou a necessidade de ampliar áreas de assentamento e luta por condições de trabalho para as famílias e a defesa da suspensão dos despejos no período da pandemia¹⁰.

As ameaças de despejos são frequentes e o exemplo do que ocorreu no Paraná, em 2020, é bastante ilustrativo: das 70 áreas de acampamento, 25 deles vivem sob ameaça de despejos. Por outro lado, é no Paraná também que ocorre significativa distribuição de alimentos agroecológicos: nos primeiros meses da pandemia, com 155 mil toneladas de alimentos. (STROPASOLAS, 2020, online).

O projeto de Reforma Agrária Popular se baseia na produção de alimentos em larga escala com objetivo de atender as necessidades alimentares do povo brasileiro. Impossibilitado de realizar as tradicionais feiras, festivais e manifestações nas ruas, a principal forma do movimento apresentar os resultados da luta pela terra foi levar a produção de alimentos às cidades, em alguns casos com a venda de produtos e, principalmente, com as ações de solidariedade. (HACKBARDT et al, 2021, p. 206).

A conversão da produção desenvolvida pelo MST para distribuição à população demonstra como se desenham as ações de solidariedade que foram se constituindo em meio à pandemia. Quando comercializado, a perspectiva é na garantia de acesso, com preços acessíveis e um canal importante de garantia de diálogo entre campo e cidade.

Nesse sentido, podemos ver ainda o compromisso na produção de alimentos agroecológicos para consumo, de maneira a atender a população das periferias,

¹⁰O que sabemos que não foi respeitado, tendo como exemplo o despejo de 14 famílias na área do Quilombo Campo Grande, no município de Campo de Meio, em agosto de 2020.

contribuindo na pauta da qualidade do que se consome; ao se estabelecer nos grandes centros ampliou o debate sobre a relação com os bens naturais e a sustentação da vida.

No Rio Grande do Sul, o MST doou ainda no começo da pandemia cerca de 12 toneladas de arroz orgânico, como evidencia a reportagem do Brasil de Fato de abril de 2020. (RAUBER, 2020, online). Importante destacar que o MST é o maior produtor de arroz orgânico na América Latina, produzindo há mais de 20 anos.

O levantamento apresentado pelo MST, em janeiro de 2022, indicava que o Movimento havia ultrapassado 6 mil toneladas de alimentos produzidos e distribuídos durante a pandemia. As ações foram organizadas a partir das áreas de acampamentos e assentamentos, além das Cozinhas Solidárias e a Rede dos Armazéns do Campo espalhados no país como Belo Horizonte, São Paulo, Recife, entre outros.

Tudo isso só foi possível ser alcançado por meio da organização popular desenvolvida ao longo dos 37 anos de existência do MST, a partir da produção de alimentos das agricultoras e agricultores desde os seus quintais produtivos, hortas e roçados solidários. Mas também a partir da diversidade de produtos beneficiados pelas associações e cooperativas da Reforma Agrária Popular, como também de pontos de apoio da Rede de Armazéns do Campo e Cozinhas Solidárias. (FURTADO, 2022, online).

A defesa da Reforma Agrária Popular é o que dá sustentação para essas ações e, aponta direcionamento político voltado para a produção de alimentos para todos com isto contribui para diminuição da miséria no país e com o fortalecimento da classe trabalhadora, oportuniza maior divulgação da pauta da questão agrária e a aproximação dos centros urbanos ao espaço rural.

Vale destacar que esse conjunto de ações expressa a concepção de solidariedade de classe que é defendida pelo Movimento, que reforça a dignidade humana, concebida como um princípio de classe, como valor para sobrevivência dos povos e resistência. (HACKBARDT et al, 2021, p. 206).

Destacamos aqui que, frente a questão estrutural de desigualdade e fome no Brasil, o MST é um ator político importante na luta contra a ofensiva do Estado e na reivindicação de políticas públicas que garantam os direitos sociais, entre eles a alimentação, e acesso a renda e trabalho, moradia, terra, educação e saúde; daí sua importância como ator político presente na sociedade brasileira.

Considerações finais

Argumentamos neste artigo que a fome está relacionada a forma de apropriação da riqueza no sistema capitalista cuja produção social é coletiva, mas a apropriação privada; a propriedade privada da terra no Brasil é algo que definiu a nossa construção como nação e gerou já de início da formação do Estado, as condições para o racismo estrutural quando, antes de libertar o trabalho, legalizou o cativo da terra por meio da Lei de terras (Lei n. 601/1850), impedindo que a população negra permanecesse no campo e tivesse condições de trabalhar e garantir seu sustento dignamente. E seguiu, historicamente, negando o acesso à terra para quem nela trabalha mantendo uma estrutura agrária extremamente concentrada. Foi a partir destes elementos que se construiu uma das estruturas mais desiguais do ponto de vista das classes sociais no Brasil.

Quando na década de 1960, o processo de modernização da agricultura foi efetivado, a opção do regime civil militar foi exatamente financiar a grande agricultura capitalista, sem ao menos acabar com os latifúndios improdutivos. Num país de dimensão continental se beneficiaram da renda da terra latifundiários, burguesia nacional e internacional e ainda hoje este é o modelo de desenvolvimento hegemônico; é com ele que ficam os financiamentos e os investimentos em tecnologias, o perdão das dívidas, os incentivos. O crédito rural fornecido pelo Estado foi o grande financiador da chamada “Revolução Verde” no Brasil e até hoje o financiamento público direta ou indiretamente é retomado a partir dos incentivos aos produtos de *commodities*, especialmente depois do processo de reprimarização das exportações e das buscas por superávits primários.

Na realidade, o país mantém sintonia com as relações estabelecidas pela globalização, onde os grandes conglomerados capitalistas, por meio do mercado de *commodities*, mantém o controle sobre o mercado de alimentos e, conseqüentemente influenciam a geopolítica mundial, conforme destaca McMichael (2016).

Mesmo após a Constituição de 1988 que determina a função social da propriedade, o que prevalece hoje em meio agrário é o incentivo a um modelo de desenvolvimento rural que concentra renda, expulsa a população do campo, que utiliza de grandes quantidades de agrotóxicos, sementes transgênicas, sistemas monoculturais que contrariam a regra mais básica da natureza: a biodiversidade.

Com a manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada, com um modelo de desenvolvimento rural voltado para a grande agricultura capitalista e, sem a efetivação da reforma agrária, não será possível o combate à fome no Brasil de uma maneira mais estrutural.

As alternativas de desenvolvimento rural que podem reverter o agravamento da questão ambiental e agrária e, ao mesmo tempo, promover segurança e soberania alimentar têm como paradigma a agroecologia; uma construção que reúne sujeitos coletivos de diversos espaços e com diferentes saberes, que respeita a natureza e que promove de fato o desenvolvimento humano.

Nesse processo encontram-se os movimentos sociais rurais que têm sido sujeitos políticos importantes e destacamos em especial o MST, que tem avançado no acúmulo dos debates da matriz agroecológica, incentivado a transição agroecológica em suas áreas, e nesse sentido a defesa da produção de alimentos saudáveis para acesso de toda população.

As ações solidárias construídas no período da pandemia revelam a responsabilidade que o Movimento assume no processo de luta pela reforma agrária no Brasil e o combate à insegurança alimentar que ainda persiste no país com índices alarmantes.

Ainda que, como aponta Teixeira (2015), a erradicação da fome esteja para além da sociedade do capital, a luta contra ela é tarefa urgente e com grande potencial de mobilização do conjunto da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços da era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BETTO, F. **Carta aos amigos e amigas do exterior e entrevista ao Jornal Brasil de Fato.** 2020. Disponível em <<https://www.cedefes.org.br/carta-aos-amigos-e-amigas-do-externo-e-entrevista-ao-jornal-brasil-de-fato-por-frei-betto/>> Acesso em 30 de mar. 2022.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2016.** 2017. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf> Acesso em 28 mar. 2022.

DELGADO, G. C.. A questão agrária hoje. In: _____; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FERNANDES, B. M. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. 2013. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/521480696/Agricultura-camponesa-e-agricultura-familiar-bmf>> Acesso em 28 mar. 2022.

FOLADORI, G. La nueva revolución tecnológica y sus impactos a la salud de los trabajadores. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017122.pdf>> Acesso em jun. 2022.

FURTADO, L. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. **MST**. jan, 2022. Disponível em <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>> Acesso em 23 mar. 2022.

GRUPO DE PESQUISA MUNDO DO TRABALHO E SUAS METAMORFOSES (GPMT). **Entrevista Ricardo Antunes: digitalização do trabalho e a escravidão no século 21**. 2018. Disponível em <<https://www.mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/pt-br/content/entrevista-ricardo-antunes-digitalização-do-trabalho-e-escravidão-no-século-21>> Acesso em 31 mar. 2022.

GUIMARÃES, C. **Atlas do Espaço Rural retrata diversidade e desigualdade do campo brasileiro**. Disponível em <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29724-atlas-do-espaco-rural-retrata-diversidade-e-desigualdade-do-campo-brasileiro>> Acesso em 25 mar. 2022.

GUHUR, D. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H., MAZIN, A. D., SANTOS, L. (Orgs). **Questão Agrária, cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões. 2016.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise de segurança alimentar no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Acesso em 20 mar. 2022.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **História: conheça a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**. Disponível em <<https://mmcbrasil.org/home/historia/>> Acesso em 28 mar. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Cartilha Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular**. Secretaria

Nacional: São Paulo, 2013. Disponível em <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>> Acesso em 20 mar. 2022.

_____. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST. **MST**. jul, 2021. Disponível em <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>> Acesso em 23 mar. 2022.

MELGAREJO, L. As lavouras transgênicas e uma ciência cidadã para mostrar os riscos à vida e os mitos do agronegócio. IN: PIGNATI, W. A. et al (orgs); **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: Editora UNESP, 2016.

MITIDIEIRO JUNIOR, M. A.. Crise do capital Global, natureza e agronegócio. IN: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIEIRO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. (Orgs). **A questão Agrária e conflitos sócio territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Soberania alimentar**. Disponível em <<https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>> Acesso em 31 mar. 2022.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NÉSPOLI. D. S. S. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Franca. Franca, 2013. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98612>>. Acesso em 28 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. V. et al. Matriz agroecológica para o campo e a cidade - a experiência do MST no Estado de Minas Gerais. IN: BUZIGUESSI, B. et al. **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

PINA, R. No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais. **Brasil de Fato**. jul, 2018. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>> Acesso em 28 mar. 2022.

REDE PESSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Rede PESSAN, 2022.

SADER, Emir. Emir Sader: O MST nos seus 30 anos. **MST**, 2014. Disponível em <<https://mst.org.br/2014/02/17/emir-sader-o-mst-nos-seus-30-anos/>> Acesso 20 mar. 2022.

SANT'ANA, R. S.; PALMA, G. O. A.; GUSMINI, J. Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Praia Vermelha**, n. 1, v. 31, p. 184-207. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/40247>> Acesso em 12 mar. 2022.

SILVA, R. C. R. (et. al). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 9, n. 25, set, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy>> Acesso em 17 mar. 2022.

STROPASOLAS, P. MST apresenta plano de Reforma Agrária Popular para superar crise social e econômica. **Brasil de fato**, jun, 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/mst-apresenta-plano-de-reforma-agraria-popular-para-superar-crise-social-e-economica>> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. GIOVANAZ, D. Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores. **Brasil de Fato**, ago, 2021. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>> Acesso em 23 mar. 2022.

TEIXEIRA, L. S. C. **O valor da fome no Brasil**: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em 31/03/2022.
Aceito para publicação em 30/04/2022.